



SANÇÕES PENAIS

9ª edição: Revista, atualizada e ampliada

DAVI ANDRÉ COSTA SILVA



Sumário

Título V - Das Penas	06
Capítulo I - Disposições Preliminares	06
1. Conceito	06
2. Espécies	06
3. Destinatários das sanções penais – pressupostos	06
4. Pena como critério diferenciador das infrações penais	06
5. Finalidade das penas – teorias aplicáveis	06
Capítulo II - Espécies de Penas	07
1. Rol não-taxativo	07
2. Classificação legislativa	07
3. Classificação doutrinária	07
3.1 Quanto às espécies	07
3.2 Quanto à cominação	08
Capítulo III - Penas Privativas de Liberdade	08
Seção I - Disposições preliminares	08
1. Espécies	08
2. Limites	08
3. Sistemas penitenciários	08
4. Pressuposto para a aplicação da pena	09
5. Sistemas, modelos ou critérios para o cálculo da pena privativa de liberdade	09
6. Etapas da sentença de aplicação da pena privativa de liberdade	09
7. Progressão de regime	09
8. Regime disciplinar diferenciado	10
Seção II - Fixação da pena-base	10
1. Culpabilidade	10
2. Antecedentes	11
3. Conduta social	11
4. Personalidade	11
5. Motivos do crime	11
6. Circunstâncias do crime	11
7. Consequências do crime	11
8. Comportamento da vítima	11
9. Fixação da pena na Lei de Drogas	12
Seção III - Fixação da pena-provisória	12
1. Aumento e diminuição obrigatórios	12
2. Rol taxativo x rol exemplificativo	12
3. “Quantum” de aumento e diminuição	12
4. Agravantes e atenuantes genéricas	12
Subseção I - Circunstâncias agravantes	12
1. A reincidência (inc. I)	12
2. Ter o agente cometido o crime (inc. II)	14
3. Agravantes no caso de concurso de pessoas	15
Subseção II - Circunstâncias atenuantes	15
1. Atenuantes genéricas	15
2. Atenuante inominada	16
3. Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes	16
Seção IV - Fixação da pena-definitiva	16
1. Como identificar majorantes e minorantes	17
2. Majorantes e minorantes genéricas	17
3. Majorantes e minorantes especiais	17
4. Concurso de causas de aumento ou de diminuição	17
5. Superação dos limites da pena	17

Capítulo IV - Penas Restritivas de Direitos	17
Seção I - Disposições preliminares	17
1. Conceito e finalidade	17
2. Cominação, natureza e caráter substitutivo	17
3. Requisitos para a substituição	17
4. Reincidente – possibilidade de substituição	18
5. Regras da substituição	18
6. Momento da substituição	18
7. Reversão, conversão (ou reconversão) em privativa de liberdade	18
Seção II - Penas restritivas de Direitos do Código Penal	18
Subseção I - Prestação pecuniária	18
1. Conceito	18
2. Valor	18
3. Dedução possível	19
4. Prestação de outra natureza – da (in)constitucionalidade	19
5. Frustração – consequências	19
Subseção II - Perda de bens e valores	19
1. Conceito	19
2. Valor	19
3. Interpretação restritiva	19
4. Perda como efeito da condenação	19
Subseção III - Prestação de Serviços à Comunidade ou a Entidades Públicas	19
1. Conceito	19
2. Cabimento	19
3. Local de cumprimento	20
4. Execução da PSC	20
5. PSC na Lei de Drogas (art. 28, L. 11.343/2006)	20
6. PSC na Lei Ambiental (L. 9.605/1998)	20
Subseção IV - Interdição Temporária de Direitos	21
1. Conceito	21
2. Espécies	21
3. Cabimento	21
4. Proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo (inc. I)	21
5. Proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público (inc. II)	21
6. Suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo (inc. III)	22
7. Proibição de frequentar determinados lugares (inc. IV)	22
8. Proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exame públicos (inc. V)	22
Subseção V - Limitação de Fim de Semana	23
1. Conceito	23
2. Execução	23
3. Casa do albergado	23
4. Falta de casa do albergado	23
Seção III - Penas restritivas de direitos nas leis penais especiais	23
1. Na Lei de Drogas (L. 11.343/2006)	23
2. No Código de Trânsito (L. 9.503/1997)	24
3. Na Lei dos Crimes Hediondos (L. 8.072/1990)	24
4. Na Lei Maria da Penha (L. 11.340/2006)	24
5. Na Lei dos Juizados Especiais Criminais (L. 9.099/1995)	24
Capítulo V - Pena de Multa	24
1. Conceito	24
2. Cominação	24
3. Critério de aplicação da multa	24
4. Valor do dia-multa	25
5. Aplicação da pena de multa – dosimetria	25
6. Destino da pena de multa	25

7. Pagamento da multa	25
8. Conversão da multa	26
9. Execução da multa	26
10. Suspensão da execução da multa	27
11. A multa e o hábeas-cópus – incompatibilidade	27
12. Multa substitutiva ou vicariante	27
13. Multa reparatória do Código de Trânsito (L. 9.503/1997)	27
14. Vedação à substituição	27
Capítulo VI - Efeitos da Condenação	28
1. Efeito principal (direto ou imediato)	28
2. Efeitos genéricos (específicos, secundários, mediatos ou reflexos)	28
3. Tortura	29
4. Racismo	29
5. Crimes contra a propriedade imaterial	29
6. Lei de Drogas	30
7. Lei de Falências	30
8. Abuso de autoridade	30
9. Estatuto da Criança e do adolescente	30
Capítulo VII - Concurso de Crimes	31
Seção I - Disposições gerais	31
1. Configuração do concurso de crimes	31
2. Espécies de concurso de crimes – outras designações	31
3. Sistemas de aplicação da pena no concurso de crimes	31
4. Multas no concurso de crimes	31
5. Erro na execução – Aberratio Ictus	31
6. Resultado diverso do pretendido – Aberratio Criminis	31
7. Limite das penas	32
8. Concurso de infrações	32
Seção II - Concurso Material	32
1. Conceito	32
2. Requisitos	32
3. Espécies	32
4. Sistema adotado	32
5. Sistemática – individualização da pena	32
6. Juízo competente	32
7. Execução das penas privativas de liberdade	32
8. Substituição da pena	33
9. Penas restritivas de direitos	33
10. Prescrição	33
11. Suspensão condicional do processo	33
Seção III - Concurso Formal	33
1. Conceito	33
2. Requisitos	33
3. Espécies	33
4. Teorias	34
5. Sistema adotado	34
6. Sistemática – individualização da pena	34
7. Juízo competente	34
8. Critério adotado para o aumento	34
9. Concurso material benéfico	34
Seção IV - Crime Continuado	34
1. Conceito	34
2. Natureza jurídica – teorias	34
3. Espécies	35
4. Requisitos ou pressupostos da continuidade delitiva simples	35
4.1 Pluralidade de condutas	35
4.2 Pluralidade de crimes da mesma espécie	35
4.3 Conexão temporal (condições de tempo)	35
4.4 Conexão espacial (condições de espaço)	35

4.5 Conexão modal (formas de execução)	35
4.6 Conexão ocasional (outras circunstâncias semelhantes)	35
4.7 A questão da unidade de desígnio	36
5. Requisitos ou pressupostos da continuidade delitiva qualificada	36
6. Critério adotado para o aumento da pena do crime continuado simples	36
7. Critério adotado para o aumento da pena do crime continuado qualificado	36
8. Unificação de penas	36
9. Prescrição	37
10. Crimes dolosos contra a vida – bens personalíssimos	37
11. Sucessão de leis no tempo – conflito temporal	37
12. Suspensão condicional do processo	37
13. Diferença entre crime continuado e crime habitual	37
Título VI - Das Medidas de Segurança	37
1. Conceito	37
2. Espécies de medidas de segurança	38
3. Aplicação das medidas de segurança	38
Obras consultadas e/ou citadas	39